LIONSTRUST
Fund Administration Services

Demonstrações Financeiras Anuais do

RHPBK COINVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)

Exercício findo em 28.02.2026

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **3**

Demonstração da posição financeira **7**

Demonstração do resultado e do resultado abrangente **8**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstração dos fluxos de caixa **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas, à Administradora e à Gestora da
Classe Única de cotas do RHPBK Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Ilimitada
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única de Cotas do RHPBK Coinvesitmento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia – Responsabilidade Ilimitada ("Classe"), administrada pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda ("Administradora"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 28 de fevereiro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Classe em 28 de fevereiro de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Classe de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo das ações de companhia de capital fechado

Em 28 de fevereiro de 2026, a Classe possuía 101,72% do seu patrimônio líquido representado por aplicações em ações de companhia de capital fechado, sem negociação em bolsa ou mercado organizado, no montante de R$ 25.600 mil cuja mensuração a valor justo se dá com base em laudo de avaliação econômico-financeira, elaborado por avaliador independente, que utiliza, dentre outros, premissas que incluem expectativas de projeções de resultados futuros da companhia investida, taxas de desconto etc. Esses investimentos possuem risco de distorção relevante, em função da determinação do seu valor justo envolver premissas, dados e uso significativo de julgamentos, bem como incertezas em relação à sua realização. Devido à relevância das estimativas efetuadas para mensurar o valor justo dessas ações e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas e nos dados do laudo de avaliação econômico-financeira, bem como as

incertezas em relação à sua realização teriam sobre as demonstrações financeiras em conjunto, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

(i) Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade e da consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo de avaliação referentes ao investimento da Classe;

(ii) análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos no laudo de avaliação referentes ao investimento da Classe; e

(iii) Avaliação das divulgações efetuadas nas s demonstrações financeiras da classe.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os critérios utilizados na mensuração do valor justo desses ativos e o nível de divulgação desses ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 28 de fevereiro de 2026.

Responsabilidades da administração da Classe pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Classe continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar a Classe ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Classe.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Classe. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Classe a não mais se manter em continuidade operacional.

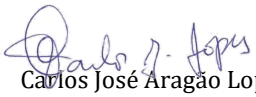
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

RHPBK COINVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 16.598.155/0001-01
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO

				28.02.2026			28.02.2025	
Aplicações/Especificação	**Nota**	**Espécie**	**Quantidade**	**R$ mil**	**%PL**	**Quantidade**	**R$ mil**	**%PL**
1. ATIVO								
1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				**640**	**2,54**		**315**	**0,37**
1.1.1. EQUIVALENTES DE CAIXA				**640**	**2,54**		**315**	**0,37**
LT Zeragem FIF Renda Fixa Simples		Cota	444.064	640	2,54	233.467	315	0,37
1.2. TÍTULOS DE EMISSÃO DE SOCIEDADES ALVO				**25.600**	**101,72**		**85.310**	**99,72**
1.2.1. AÇÕES DE COMPANHIAS FECHADAS				**25.600**	**101,72**		**85.310**	**99,72**
Ri Happy Brinquedos S.A.	3a	ON	11.773.221	25.600	101,72	10.003.788	85.310	99,72
TOTAL DO ATIVO				**26.240**	**104,26**		**85.625**	**100,09**
2. PASSIVO								
2.1. VALORES A PAGAR				**1.073**	**4,26**		**76**	**0,09**
Encargos do Fundo				1.073	4,26		76	0,09
2.2. PATRIMÔNIO LÍQUIDO				**25.167**	**100,00**		**85.549**	**100,00**
Cotas subscritas	4			191.903			152.234	
Cotas a integralizar	4			(1.817)			(171)	
Cotas integralizadas	4			190.086			152.063	
Resultado por Incorporação				(23.151)			-	
Resultados acumulados				(141.768)			(66.514)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				**26.240**	**104,26**		**85.625**	**100,09**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RHPBK COINVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 16.598.155/0001-01
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE DO FUNDO

	Nota	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
		R$ mil	R$ mil
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS			
RENDAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**43**	**6.938**
Rendas com aplicações em cotas fundos de investimento em renda fixa		43	20
Receita com ajuste positivo a valor justo - Sociedades alvo	3a	-	6.918
DESPESAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		**(74.799)**	**-**
Despesa com ajuste negativo a valor justo - Sociedades alvo	3a	(74.799)	-
DEMAIS DESPESAS		**(498)**	**(436)**
Encargos do Fundo	5	(498)	(436)
RESULTADO DOS EXERCÍCIOS		**(75.254)**	**6.502**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**
RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS		**(75.254)**	**6.502**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RHPBK COINVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 16.598.155/0001-01
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

	Nota	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
		R$ mil	R$ mil
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO INÍCIO DOS EXERCÍCIOS			
(133.109.312 cotas subclasse A a R$ 0,561162 cada)		**74.696**	
(18.560.101 cotas subclasse B a R$ 0,561162 cada)		**10.416**	
(781.642 cotas subclasse C a R$ 0,561162 cada)		**438**	
(132.459.351 cotas subclasse A a R$ 0,518372 cada)			**68.663**
(18.367.498 cotas subclasse B a R$ 0,518372 cada)			**9.521**
(775.218 cotas subclasse C a R$ 0,518372 cada)			**402**
RESULTADO PERTENCENTE AOS DETENTORES DE COTAS CLASSIFICADOS NO PL		**(75.254)**	**6.502**
ACRÉSCIMOS DECORRENTES DA MOVIMENTAÇÃO DE COTAS		**758**	**461**
Cotas emitidas nos exercícios			
(1.340.184 cotas a R$ 0,565582 cada)	4	**758**	
(46.584 cotas a R$ 1,000000 cada)	4		**46**
(802.403 cotas a R$ 0,517167 cada)	4		**415**
Cotas emitidas via incorporação no exercício		**14.114**	**-**
(25.224.299 cotas a R$ 0,559537 cada)	2	14.114	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO FINAL DOS EXERCÍCIOS			
(179.015.539 cotas a R$ 0,140588 cada)		**25.167**	
(133.109.312 cotas subclasse A a R$ 0,561162 cada)			**74.696**
(18.560.101 cotas subclasse B a R$ 0,561162 cada)			**10.416**
(781.642 cotas subclasse C a R$ 0,561162 cada)			**438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RHPBK COINVESTIMENTO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
(classe única de cotas multiestratégia – responsabilidade ilimitada)
CNPJ: 16.598.155/0001-01
(Administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda)
(CNPJ: 15.675.095/0001-10)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

	Exercício findo em 28.02.2026	Exercício findo em 28.02.2025
	R$ mil	R$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Rendimentos de ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa	43	20
Pagamentos de Encargos do Fundo	(476)	(431)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(433)**	**(411)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de cotas emitidas pelo Fundo	758	461
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**758**	**461**
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	325	50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DOS EXERCÍCIOS	315	265
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DOS EXERCÍCIOS	**640**	**315**
RECONCILIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS COM O CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**(75.254)**	**6.502**
(+ / -) Resultado com ajuste a valor justo - Sociedades alvo	74.799	(6.918)
(+) Ajuste de encargos a pagar/receber	22	5
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(433)**	**(411)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL DO FUNDO

Constituição
O RHPBK Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda. ("Administradora"), foi constituído em 20.08.2012, sob forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 391, de 16.07.2003 ("ICVM 391"), revogada pela Instrução CVM nº 578, de 30.08.2016 ("ICVM 578"), que, por sua vez, foi revogada pela Resolução CVM nº 175, de 23.12.2022 ("RCVM 175").

Em 27.06.2025, o Fundo teve seu Regulamento adaptado à RCVM 175, estabelecendo classe única de cotas, definida como multiestratégia – responsabilidade ilimitada. Portanto, em se tratando de um fundo com classe única de cotas, referências a "Fundo" nessas demonstrações financeiras também devem ser entendidas como referência a sua "Classe Única", ou simplesmente "Classe", quando aplicável.

Qualificação como Entidade de Investimento nos termos da Instrução CVM nº 579 ("ICVM 579")

Artigo 4º, inciso I:
O desenvolvimento e a gestão da carteira foram atribuídos à SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora"), a qual possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto à Sociedade Investida do Fundo, dentro dos limites de governança estabelecidos no regulamento do Fundo.

Artigo 4º, inciso II:
Conforme informado pela Gestora, o investimento dos recursos do Fundo na atual Sociedade Investida tem o propósito único de gerar retorno através de apreciação do capital investido.

Artigo 4º, inciso III:
A avaliação da Sociedade Investida do Fundo, para fins de modelo de gestão, é realizada com base no valor justo.

Artigo 4º, inciso IV:
O Regulamento do Fundo define, em seu Artigo 36 do Anexo da Classe Única, estratégias objetivas e claras a serem utilizadas para o desinvestimento da Sociedade Investida. Além disso, o Regulamento deixa clara a atribuição da Gestora em relação à propositura e realização dos desinvestimentos, conforme disposições previstas no Artigo 14 do Anexo da Classe Única.

Artigo 5º, inciso I:
O Fundo possui apenas um investimento, o que não o descaracteriza como Entidade de Investimento, tendo em vista as demais características do Fundo.

Artigo 5º, inciso II:
O Fundo possui mais de um cotista.

Artigo 5º, inciso III:
Conforme informado pela Gestora, os cotistas não influenciam ou participam da administração da Sociedade Investida do Fundo, nem tampouco são partes ligadas aos administradores de tal Sociedade Investida.

Artigo 5º, inciso IV:
Conforme informado pela Gestora, os cotistas não possuíam qualquer relação societária, direta ou indiretamente, com a Sociedade Investida, previamente ao investimento do Fundo.

Com base na análise acima, entendemos que o Fundo possui características que o qualificam como Entidade de Investimento, nos termos da ICVM 579.

Importante frisar que o posicionamento aqui exposto se refere ao entendimento individual e particular das áreas técnicas da Administradora e da Gestora do Fundo.

Registro de funcionamento
O Fundo obteve seu registro de funcionamento em 16.08.2012 (registro da Classe obtido em 27.06.2025), e encontra-se registrado na CVM sob o código 0112122 e para a Classe 0017027.

Prazo de Duração
O Fundo tem prazo de duração previsto de 13 anos, contados de 27.08.2012, podendo ser prorrogado mediante aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

Em Assembleia Geral de Cotistas realizada em 26.08.2025, foi aprovada a prorrogação do prazo de duração do Fundo por mais 2 anos, de modo que este foi estendido até 27.08.2027.

Público-alvo
O Fundo é destinado exclusivamente a investidores qualificados.

Objetivo
O objetivo do Fundo é obter rendimentos por meio dos investimentos previstos em sua Política de Investimentos.

Período de Investimentos
O Fundo poderá contratar investimentos durante todo seu Prazo de Duração.

Política de Investimentos
O Fundo poderá realizar investimentos em ações, bônus de subscrição, debêntures, outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, de emissão de Sociedade Alvo ou Sociedades Investidas, observados os limites e restrições dispostos em seu Regulamento.

O Fundo não poderá investir em ativos no exterior.

Será alvo de investimento pelo Fundo empresas de capital fechado que atuem no setor de varejista de brinquedos e artigos para crianças e bebês, sempre em conjunto com outros fundos e/ou veículos de investimentos administrados, geridos e/ou patrocinados pelo Carlyle.

A parcela dos recursos do Fundo que não estiver aplicada nos ativos acima mencionados, poderá ser investida em (i) títulos de emissão do tesouro nacional; (ii) operações compromissadas, de acordo com a regulamentação específica do Conselho Monetário Nacional; e/ou (iii) cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, inclusive aqueles administrados e/ou geridos pela Administradora, custodiante e/ou suas empresas ligadas.

É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial, ou envolverem opções de compra ou venda de ações das Sociedades Investidas com o propósito de:

(a) ajustar o preço de aquisição da Sociedade Investida com o consequente aumento ou diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou

(b) alienar essas ações no futuro como parte da estratégia de desinvestimento.

Nos exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025, o Fundo não realizou operações no mercado de instrumentos financeiros derivativos.

Gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos do Fundo é realizado pela Gestora, nos termos de sua política de gestão de riscos, e sua implementação é supervisionada pela Administradora por meio de seus comitês internos.

Riscos
Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes de que:

(i) os ativos componentes da carteira poderão ter liquidez significativamente baixa, em comparação a outras modalidades de investimento em fundos;

(ii) as carteiras de investimentos em participações apresentam um perfil de maturação de longo prazo, resultando na iliquidez dessas posições e, como consequência, as cotas:

(a) não são passíveis de resgates intermediários, conforme vedação contida na ICVM 578, revogada pela RCVM 175; e

(b) não há garantia de que haverá um mercado comprador para tais cotas, caso o cotista deseje alienã-las.

(iii) a carteira poderá estar concentrada em valores mobiliários de emissão de uma ou poucas Sociedades Investidas, tornando os riscos dos investimentos diretamente relacionados ao desempenho de tais Sociedades Investidas, não havendo garantia quanto ao desempenho das mesmas e não podendo a Administrador, o Gestor ou quaisquer dos membros do comitê de investimento, ser responsabilizado por qualquer depreciação da carteira, ou por eventuais prejuízos sofridos pelos cotistas, salvo em casos de comprovado dolo ou má-fé;

(iv) os investimentos nas Sociedades Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuem, não havendo garantia quanto ao desempenho destes setores e tampouco havendo garantias de que o Fundo e os seus cotistas não experimentarão perdas;

(v) os investimentos no Fundo serão feitos, preponderantemente, em ativos não negociados publicamente no mercado e com liquidez significativamente baixa, portanto, caso (a) o Fundo precise vender tais ativos; ou (b) o cotista receba tais ativos como pagamento de resgate ou amortização de suas cotas (em ambos os casos inclusive para efetuar a liquidação do Fundo): (1) poderá não haver mercado comprador de tais ativos, ou (2) o preço efetivo de alienação de tais ativos poderá resultar em perda para o Fundo ou, conforme o caso, o cotista;

(vi) a responsabilidade dos cotistas da classe é ilimitada e, portanto, não está circunscrita ao montante por eles subscrito. Nesse sentido, em casos de patrimônio líquido negativo da classe, os cotistas poderão ser chamados a aportar recursos, independentemente da existência de cotas subscritas;

(vii) as aplicações realizadas na classe não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de outros prestadores de serviços, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC; e

(viii) o Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ao controle da Administradora.

Os investimentos no Fundo não são garantidos pela Administradora ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento em participações, incluindo as normas e as orientações emanadas pela CVM.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários, fundos de investimento/aplicações financeiras de renda fixa de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo do Fundo.

b) Cotas de fundos de investimento

As cotas de fundo de investimento são registradas ao custo de aquisição ajustado pela variação no valor das cotas informado pelo administrador do respectivo fundo de investimento. A valorização das cotas de fundo de investimento está apresentada nas Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo em Rendas com Títulos e Valores Mobiliários – Rendas com aplicações em cotas fundos de investimento em renda fixa.

Em 28.02.2026 e 28.02.2025 o fundo investido LT Zeragem FIF Renda Fixa Simples (CNPJ N° 49.253.483/0001-25, “LT Zeragem”), administrado pela Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., é utilizado como gestão de saldo de caixa e, com isto, é considerado como equivalente de caixa.

c) Ações

Os ativos de emissão da Sociedade Investida deverão permanecer contabilizados a valor justo, o qual deverá ser anualmente mensurado por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras do Fundo, exceto na hipótese prevista no Parágrafo Quarto do Artigo 3º da Instrução CVM 579/16.

A desvalorização e/ou valorização das ações de emissão das Sociedades Investidas, sob titularidade do Fundo, estão apresentadas na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

A mensuração do valor justo das ações será formalizada por meio de laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a ser contratada em nome do Fundo, ou da maneira que melhor representar a estimativa de valor justo, se de outro modo estabelecido em Nota Explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.

O Fundo pode possuir investimento em entidades controladas, coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto, mas apresenta exclusivamente demonstrações financeiras individuais, conforme estabelecido no parágrafo 5º do artigo 3º da ICVM 579.

d) Apuração do resultado

As receitas e as despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

e) Informações evento de Incorporação

Em Assembleia Geral de Cotistas do Fundo realizada em 26.08.2025, foi deliberada e aprovada entre outros assuntos, (i) a consolidação da totalidade das cotas subclasse A, cotas subclasse B e cotas subclasse C do Fundo, conferindo direitos políticos e econômicos idênticos a todos os cotistas; (ii) a incorporação do RHPBK II Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 19.250.801/0001-33 (“RHPBK II” ou “Incorporado”) pelo Fundo; (iii) a prorrogação do prazo de duração do Fundo, pelo período adicional de 2 anos, ou seja, até 27.08.2027, sendo permitida a prorrogação pelo prazo adicional de 1 ano por decisão da Gestora; (iv) a 4ª emissão de cotas do Fundo, destinada exclusivamente aos cotistas do Fundo após a incorporação, de até R$ 2.300, ao valor unitário da cota do Fundo na Data da Consumação da Incorporação; e (v) a alteração e consolidação do Regulamento do Fundo para consignar a renúncia, por parte da Gestora, ao direito do recebimento da Taxa de Performance incidente sobre os resultados do Fundo, além das alterações decorrentes das deliberações anteriores.

Os valores correspondentes à incorporação estão demonstrados na tabela a seguir:

RHPBK II Coinvestimento FIP ME - Incorporado	
Quantidade de ações Ri Happy	1.769.433
Valor do investimento incorporado	R$ 15.089
Caixa	R$ 75
Passivo	R$ 1.050
Patrimônio líquido incorporado	R$ 14.114
Quantidade de cotas integralizadas via incorporação	25.224.299
Valor da cota incorporadora (em unidade de Reais)	R$ 0,559537

f) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora e pela Gestora do Fundo para emissão e divulgação em 29.05.2026 (“Data de Aprovação”).

3. INVESTIMENTOS REALIZADOS PELO FUNDO

a) Ri Happy Brinquedos S.A. (“Ri Happy”)

A Ri Happy é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social o comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Fundo recebeu do RHPBK II 1.769.433 ações da Ri Happy pelo valor de R$ 15.089, tendo a participação do Fundo aumentado de 27,09% para 31,88%.

O investimento do Fundo na Ri Happy está demonstrado na tabela a seguir, com percentual de participação de 31,88 %*(27,09% em 28.02.2025) na empresa:

Investimento do Fundo em Ações da Ri Happy			
Exercício findo	**Tipo**	**Quantidade**	**Valor (R$) mil**
28.02.2026	ON	11.773.221	25.600
28.02.2025	ON	10.003.788	85.310

(*) Para fins de mensuração do valor justo, o Fundo detém 31,88% das ações da Ri Happy. Existe a possibilidade de diluição da participação do Fundo para o percentual de até 30,52%, caso sejam exercidas opções objeto de plano de opção de compra de aões da Ri Happy.

As demonstrações financeiras da Ri Happy referentes a 31.12.2025 foram disponibilizadas ao Fundo juntamente com o relatório dos auditores independentes emitido em XX.XX.2026, sem modificações.

Avaliação a valor justo

As ações da Ri Happy não possuem cotação em bolsa de valores e/ou liquidez, conforme laudo de avaliação preparado pela Kroll Brasil Ltda. (“Kroll”). A Kroll iniciou suas atividades há mais de 110 anos, seus colaboradores fazem parte de uma comunidade internacional de consultores de avaliação e especialistas em assessoria.

Com o objetivo de analisar a razoabilidade do valor justo calculado pela Gestora através da Abordagem de Renda – Fluxo de Caixa Descontado, foi contratado pelo Fundo o escopo de revisão independente junto à Kroll. Conforme relatório emitido pela Kroll, o avaliador independente concluiu, através da metodologia Abordagem de Renda - Fluxo de Caixa Descontado, que o valor calculado pela Gestora se encontra dentro de seu intervalo de razoabilidade.

Em 28.02.2026, com base no laudo de avaliação emitido pela Kroll, a participação do Fundo na Ri Happy foi avaliada por R$ 25.600 (R$ 85.310 em 28.02.2025), gerando um resultado negativo no montante de R$ 74.799 (resultado positivo de R$ 6.918 em 28.02.2025) reconhecido na rubrica “Despesa com ajuste negativo a valor justo - Sociedades alvo” e “Receita com ajuste positivo a valor justo – Sociedades alvo” respectivamente da Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente do Fundo.

Algumas das premissas utilizadas para a avaliação da empresa pelo método de fluxo de caixa descontado são apresentadas resumidamente abaixo:

- **Data-base:** 31.12.2025 e 31.12.2024;

- **Período de projeção:** 10 (dez) anos, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e perpetuidade. O período de projeção foi determinado de acordo com o período de projeção apresentado no plano de negócios fornecido pela Administração;

- **Convenção de meio ano (*Mid-year Convention*):** A convenção foi levada em conta para o cálculo do valor presente, ou seja, considera-se que os fluxos de caixa são gerados linearmente ao longo do ano e que, portanto, a metade do ano (*mid-year point*) representa o ponto médio de geração de caixa da companhia.

- **Moeda:** Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, com o efeito da inflação;

- **Taxa de desconto:** Em termos nominais, de acordo com a metodologia WACC:

Data base laudo	Metodologia	Período projetivo	Taxa de desconto (WACC)
31.12.2025	Abordagem de renda - Fluxo de caixa descontado	2026-2035 e perpetuidade	20,26%
31.12.2024	Abordagem de renda - Fluxo de caixa descontado	2025-2034 e perpetuidade	16,8%

Visão geral da metodologia

Abordagem da Renda

A Abordagem da Renda é uma técnica de avaliação que fornece uma estimativa de valor justo de um negócio ou ativo baseado nos fluxos de caixa que o negócio ou ativo espera gerar ao decorrer de sua vida útil.

A Abordagem da Renda é tipicamente aplicada pelo método de Fluxo de Caixa Descontado ("*Discounted Cash Flow*" ou "DCF") para determinar o valor justo de um negócio. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio, descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro.

Todas as projeções são realizadas em termos nominais, considerando os efeitos da inflação.

Os fluxos de caixa são descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

Quando a Abordagem de Renda é aplicada, o fluxo de caixa que espera ser gerado por um negócio é descontado a seu valor presente equivalente utilizando a taxa de desconto que reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro. Esse retorno é uma taxa geral baseada em taxas de retorno individuais de capital investido (i.e., capital próprio e capital de terceiros). Esse retorno, conhecido como custo médio ponderado do capital ("*weighted average cost of capital*" ou "WACC") é calculado pela ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada.

4. DISTRIBUIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

Dispensa do Registro da oferta
Considerando que a oferta das cotas do Fundo se deu nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16.01.2009 ("ICVM 476"), revogada pela Resolução CVM nº 160 de 13.07.2022 ("RCVM 160"), não houve registro da oferta junto à CVM.

Distribuição
Durante o exercício findo em 28.02.2026 foi realizada uma nova oferta de distribuição de cotas (houve distribuição também no exercício findo em 28.02.2025). Em 28.02.2026 e 28.02.2025 não há ofertas de distribuição de cotas em aberto.

Classe de Cotas
Até 25.08.2025 o Fundo possuía três subclasses de cotas distintas A, B e C, as quais conferiam direitos econômico-financeiros distintos para seus cotistas. A partir de 26.08.2025, com a alteração no Regulamento do Fundo mencionado na nota explicativa nº 2, o Fundo consolidou as subclasses conferindo direitos políticos e econômicos idênticos a todos os cotistas.

Subscrição
As ofertas resultaram na subscrição de 182.262.931 cotas do Fundo (152.741.359 cotas, sendo 133.391.346 cotas subclasse A, 18.565.103 cotas subclasse B e 784.909 cotas subclasse C em 28.02.2025), totalizando o montante de R$ 191.903 “Capital Subscrito” (R$ 152.234 em 28.02.2025).

Integralizações realizadas até fevereiro de 2026
Até 28.02.2026 os cotistas haviam integralizado 179.015.539 (152.451.056 em 28.02.2025) cotas do Fundo, totalizando o montante de R$ 190.086 (R$ 152.063 em 28.02.2025), correspondente a 99,05% (99,88% em 28.02.2025) do Capital Subscrito.

Durante o exercício findo em 28.02.2026 ocorreram integralizações no montante de R$ 758 (R$ 461 em 28.02.2025) conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto. Ainda durante o exercício findo em 28.02.2026, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Fundo incorporou 25.224.299 cotas, pelo valor de R$ 14.114, em decorrência do evento de incorporação do RHPBK II.

O saldo de capital a integralizar no montante de R$ 1.817 (R$ 171 em 28.02.2025) será integralizado pelos cotistas conforme chamadas de capital realizada pela Administradora, de acordo com as necessidades de caixa do Fundo.

Amortização
O Regulamento do Fundo prevê a possibilidade de amortização de cotas.

Não houve amortização nos exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025.

Resgate
O regulamento do Fundo não prevê a possibilidade de resgate de cotas, exceto pelo término do prazo de duração do Fundo ou na hipótese de sua liquidação antecipada.

5. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DEMAIS ENCARGOS DO FUNDO

Até 26.06.2025, pela prestação dos serviços de administração do Fundo, a Administradora fez jus a uma Taxa de Administração máxima correspondente a 1,50% ao ano sobre o valor do capital investido nas Sociedades Investidas deduzido o valor de custo dos desinvestimentos totais realizados.

A partir de 27.06.2025, com a adaptação do Regulamento do Fundo à RCVM 175, a Administradora passou a receber uma Taxa de Administração correspondente a 0,07% ao ano calculado sobre o valor do capital integralizado pelos cotistas do Fundo, acrescida dos tributos incidentes sobre o faturamento da Administradora, observado o valor mínimo estipulado no Compromisso de Investimento.

Até 25.08.2025, a Gestora poderia fazer jus ao recebimento de Taxa de Performance, nos termos descritos no Art. 31 do Regulamento do Fundo, porém as cotas classe B e C não estavam sujeitas ao pagamento de Taxa de Performance.

A partir de 26.08.2025, com a alteração do Regulamento mencionado na nota explicativa nº 2, o Regulamento do Fundo não prevê a possibilidade de distribuição de recursos a título de Taxa de Performance.

Durante o exercício findo em 28.02.2026 e 28.02.2025, o Fundo não realizou distribuições de recursos a título de Taxa de Performance.

As despesas incorridas pelo Fundo estão demonstradas na tabela a seguir:

Despesas	Exercício findo em 28.02.2026		Exercício findo em 28.02.2025	
	Valor (R$) mil	% PL médio (*)	Valor (R$) mil	% PL médio (*)
Taxas relativas à prestação de serviços ao Fundo (**)	450	0,5136	383	0,4841
Taxa de Fiscalização – CVM	23	0,0263	19	0,0240
Outras	25	0,0285	34	0,0430
TOTAL	**498**	**0,5684**	**436**	**0,5511**

(*) O PL médio do Fundo foi de R$ 87.611 (R$ 79.121 durante o exercício findo em 28.02.2025).
(**) Inclui a taxa de administração do Fundo.

6. SERVIÇOS

Administração do Fundo
A administração do Fundo é exercida pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (“Administradora”).

Gestão do Fundo.
A gestão da carteira do Fundo é exercida pela SPX Private Equity Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”).

Controladoria do Fundo
O serviço de controladoria foi executado pela própria Administradora.

Custódia e Escrituração de Cotas
Nos exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025 a custódia e escrituração de cotas estavam sob responsabilidade da Lions Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Distribuição de Cotas
Durante o Período de Distribuição a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliarios S.A. (“Antiga Administradora”) realizou os serviços de distribuição de cotas do Fundo.

7. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Conforme disposto nos artigos 24º da Lei nº 14.754 de 12.12.2023 (“Lei 14.754”) e, 2º da Lei nº 11.312 de 27.06.2026 (“Lei 11.312”), os cotistas de Fundos de Investimento em Participações, classificados como Entidade de Investimento nos termos da Resolução CMN nº 5.111, estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidente sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Por outro lado, a Lei 14.754 determina em seu artigo nº 26, a tributação periódica no último dia dos meses de maio e novembro (“Tributação Periódica”), de cotistas de Fundos de Investimento em Participações não classificados como Entidade de Investimento.

Conforme o disposto na nota explicativa nº 1 dessas demonstrações financeiras, a Administradora analisou e classificou o Fundo como Entidade de Investimento, motivo pelo qual não se fez aplicável a Tributação Periódica.

Quando o cotista for residente ou domiciliado no exterior, a alíquota de imposto de renda poderá ser de 0%, observadas as condições estabelecidas na Lei 11.312, sendo uma delas o enquadramento do Fundo como Entidade de Investimento, conforme alterado pela Lei nº 14.711, de 30.10.2023.

Tais normas tributárias não se aplicam a cotistas que se configurem isentos ou imunes do imposto de renda em decorrência de legislações específicas.

8. POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS PELO FUNDO

Os resultados serão distribuídos pelo Fundo aos cotistas, de acordo com os procedimentos descritos no Regulamento do Fundo, os quais se encontram sumarizados a seguir:

O Fundo poderá distribuir aos cotistas valores relativos a: (i) desinvestimentos dos ativos da carteira; (ii) juros, juros sobre capital próprio, dividendos e quaisquer outros valores pagos relativamente aos títulos e valores mobiliários de emissão da Sociedade Investida; (iii) rendimentos pagos relativamente aos Outros Ativos; (iv) outras receitas de qualquer natureza do Fundo; e (v) outros recursos excedentes do Fundo, existentes e passíveis de distribuição aos cotistas, ao final do Prazo de Duração do Fundo.

Quando do ingresso de recursos no Fundo sob alguma das formas previstas nos itens (i), (ii) e (iv) acima descritos, a Gestora deverá indicar a Administradora se tais valores deverão ser destinados à Distribuição e/ou permanecer no caixa do Fundo. Já em relação aos rendimentos previstos no item (iii) acima descrito, estes serão passíveis de Distribuição apenas por ocasião da liquidação do Fundo.

Observado os direitos econômico-financeiro distintos entre as classes de cotas, indicado na nota explicativa nº 4 destas demonstrações financeiras, as Distribuições serão feitas aos cotistas sob a forma de: (i) amortização de cotas, sempre proporcionalmente ao número de cotas integralizadas por cada cotista; (ii) resgate de cotas quando da liquidação do Fundo.

9. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Administradora adota como política de divulgação de informações em especial o disposto no Regulamento do Fundo e na ICVM 578, revogada pela RCVM 175, e possui uma área específica focada no atendimento e prestação de informações aos cotistas do Fundo.

10. VARIAÇÃO DO VALOR DA COTA

Devido aos critérios de Aferição de Valor descritos na nota explicativa nº 2, a variação da cota não necessariamente representa verificação efetiva da rentabilidade do Fundo. A rentabilidade do Fundo será objeto de aferição objetiva por ocasião da realização financeira do investimento e do encerramento e liquidação do Fundo.

A rentabilidade da cota no exercício analisado foi a seguinte:

Mês (**)	Valor em R$, no final do mês	Variação mensal da cota %	Variação acumulada %
28/02/2025	0,561162	-	-
31/03/2025	0,560950	(0,04)	(0,04)
30/04/2025	0,560735	(0,04)	(0,08)
31/05/2025	0,560512	(0,04)	(0,12)
30/06/2025	0,560288	(0,04)	(0,16)
31/07/2025	0,560053	(0,04)	(0,20)
31/08/2025	0,559528	(0,09)	(0,29)
30/09/2025	0,559321	(0,04)	(0,33)
31/10/2025	0,559147	(0,03)	(0,36)
30/11/2025	0,558926	(0,04)	(0,40)
31/12/2025	0,558764	(0,03)	(0,43)
31/01/2026	0,558602	(0,03)	(0,46)
28/02/2026 (*)	0,140588	(74,83)	(74,95)

(*) Rentabilidade impactada pelo ajuste a valor justo do investimento do Fundo, conforme apresentado na nota explicativa nº 3 destas demonstrações financeiras.
(**) Rentabilidade mensal não auditada, apenas anual.

11. DEMANDAS JUDICIAIS

Até a Data de Aprovação, destas demonstrações financeiras, a Administradora não obteve o conhecimento de demandas judiciais ou extrajudiciais, em curso, envolvendo o Fundo ou a Administradora, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer destes contra a Administradora do Fundo, que requeressem divulgações por meio destas demonstrações financeiras, nos termos das práticas contábeis aplicáveis ao Fundo, incluindo as normas e as orientações emanadas pela CVM.

12. PRESTAÇÕES DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

A Administradora contratou a KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) para realizar a auditoria das demonstrações financeiras do Fundo.

Em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº. 162, de 13.07.2022, informamos que durante o exercício findo em 28.02.2026, o Fundo não contratou nem teve serviços prestados pela KPMG, com exceção do serviço de auditoria de suas demonstrações financeiras.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela própria KPMG, os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) O auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) O auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) O auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

13. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 28.02.2026 e 28.02.2025, o Fundo não realizou transações com partes relacionadas, com exceção das movimentações oriundas de (i) aplicações e resgates junto ao LT Zeragem; e (ii) pagamento das taxas de administração, custódia, escrituração e tarifas bancárias.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) <u>Resolução CVM nº 175</u>

Em 12.03.2024, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM nº 200 ("RCVM 200"), que alterou a RCVM 175. Entre outros itens, prorrogou o prazo de adaptação, de 31.12.2024, para 30.06.2025.

Conforme informado na nota explicativa nº 1 dessas demonstrações financeiras, o Fundo concluiu sua adaptação à RCVM 175 em 27.06.2025.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 28.02.2026 e a Data de Aprovação destas demonstrações financeiras, não houve eventos passíveis de divulgação.

* * *

LIONS TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.